



Balanço Aduaneiro 2019

Janeiro a Dezembro



Receita Federal

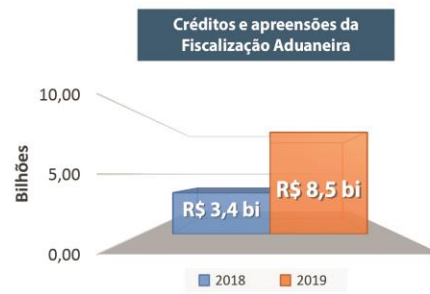
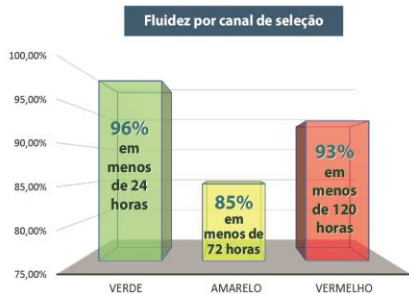
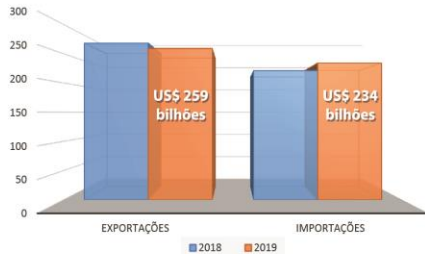


Sumário

I.	PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2019.....	3
II.	CONTROLE DOS PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	4
III.	PANORAMA GERAL DO CONTROLE DOS PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	10
IV.	REMESSAS INTERNACIONAIS	15
V.	CONTROLE DE BENS E VIAJANTES	21
VI.	AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA.....	24
VII.	PROGRAMA OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO (OEA).....	26

I. PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2019

RESULTADOS DA ADUANA EM 2019

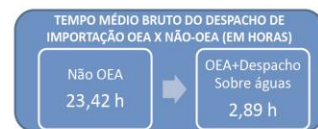
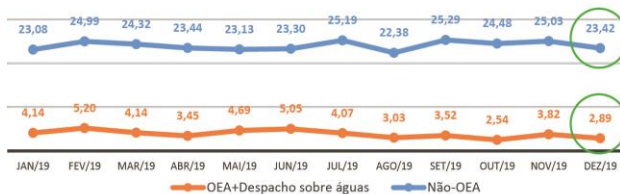


54% de redução no prazo médio de exportação modal marítimo

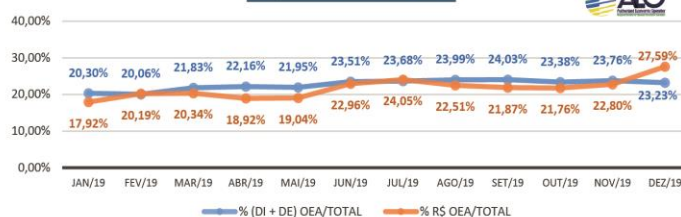
100% das exportações no novo processo de exportação em outubro de 2018



Tempo Médio Bruto do Despacho de Importação OEA X Não-OEA (em horas)



Representatividade dos OEA





II. CONTROLE DOS PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

VOLUME DE COMÉRCIO

No período de janeiro a dezembro de 2019, as exportações brasileiras atingiram o **montante de US\$ 259,16 bilhões**. Por outro lado, houve uma redução do montante, comparado com o ano anterior, cujas exportações somaram US\$ 268,01 bilhões. A **redução foi de aproximadamente 9,6%**.

Com relação às importações, estas somaram **US\$ 234,39 bilhões** no período de janeiro a dezembro de 2019. No mesmo período do ano anterior, as importações atingiram o patamar de US\$ 221,03 bilhões. Houve um **aumento de aproximadamente 6,04%**.

Esses montantes de importação e exportação totalizaram 4.141.157 declarações de operações de comércio exterior, **sendo 2.390.285 despachos de importação, 237 despachos de exportação e 1.750.635 declarações únicas de exportação**.

Analisando apenas os despachos de DI e DE dos últimos 2 anos, temos as quantidades abaixo:

Quantidades de Importação e Exportação			
Nº de despachos	DI	DE	Total
2018	2.368.283	DE - 643.468 DUE - 960.082	3.971.833
2019	2.390.285	DE - 237 DUE - 1.750.635	4.141.157
Variação	+ 0,93%	+ 9,17%*	+ 4,26%

Fonte: DW Aduaneiro, extraídos em 15/01/2020.

A comparação com o mesmo período em 2018, registra um aumento de 0,93% na quantidade de operações de importação e um aumento de 9,17% na quantidade das operações de exportação, totalizando um incremento total na quantidade de operações de comércio exterior de 4,26%.

AUMENTO DA FLUIDEZ NO COMÉRCIO EXTERIOR

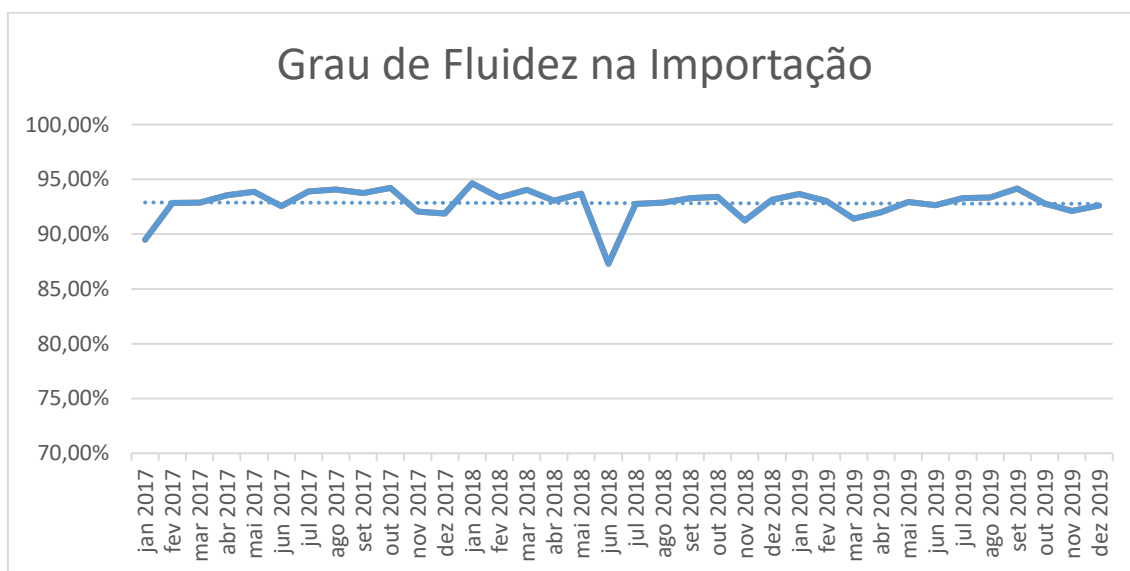
IMPORTAÇÃO – Fez-se uma mudança na metodologia de cálculo do indicador do Grau de Fluidez na Importação no início do ano de 2017. Esse indicador passou a considerar o total de declarações de importação desembaraçadas em menos de 24 horas sobre o total de declarações

registradas. Dessa forma, os resultados de períodos anteriores também foram ajustados e calculados sob a mesma metodologia.

Grau de fluidez na importação 2017	Grau de fluidez na importação 2018	Grau de fluidez na importação 2019	Varição 2019x2018
92,97%	92,73%	92,86%	+0,14%

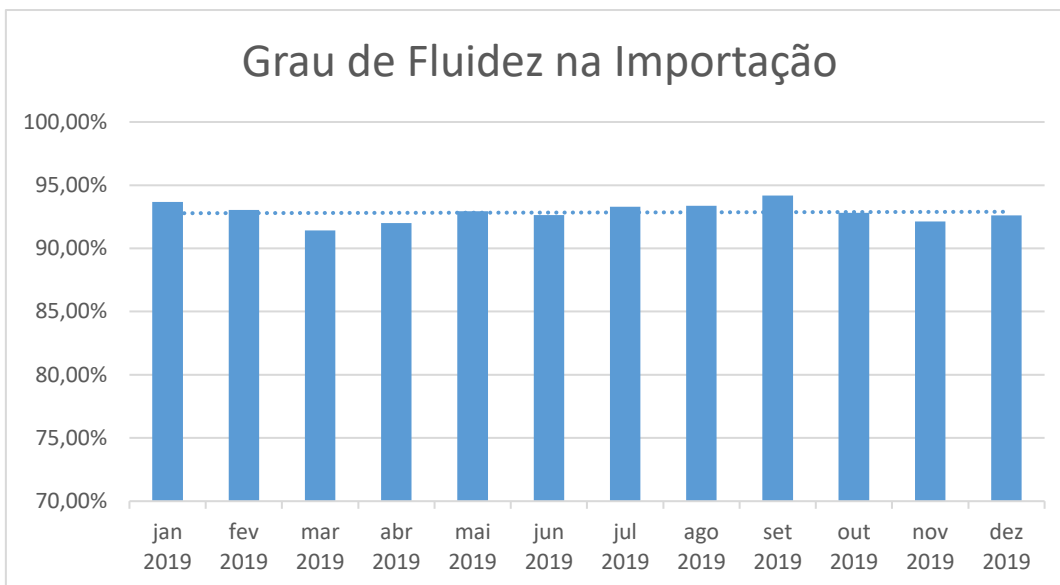
Fonte: DW ADUANEIRO, extraídos em 15/01/2020.

O gráfico abaixo mostra a evolução mensal da fluidez na importação, de janeiro de 2017 a dezembro de 2019, demonstrando a regularidade na fluidez ao longo do tempo:



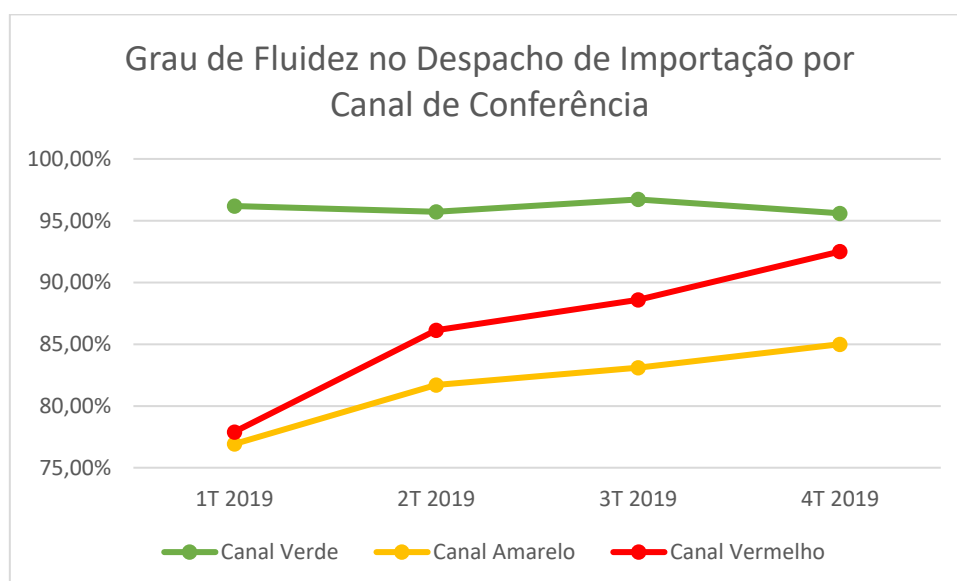
Fonte: DW ADUANEIRO, extraídos em 15/01/2020.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da fluidez na importação ao longo dos meses do ano de 2019:



Fonte: DW ADUANEIRO, extraídos em 15/01/2020.

Ao se discriminar a fluidez em seus respectivos canais de seleção tem-se a informação disposta no gráfico a seguir, detalhando os indicadores de Grau de Fluidez no Despacho de Importação nos canais verde¹, amarelo² e vermelho³, ao longo dos trimestres do ano de 2019. Verificou-se uma melhora na fluidez ao longo do ano.



Fonte: DW Aduaneiro, extraídos em 30/01/2020.

EXPORTAÇÃO - Na Exportação, a fluidez é medida pelo percentual de declarações desembaraçadas em menos de 4 horas (Indicador do Grau de Fluidez na Exportação).

No entanto, **com o desligamento dos sistemas antigos de exportação em julho de 2018 e a entrada da maioria das operações de exportação no novo processo (Declaração única de**

¹ Percentual de declarações de importação parametrizadas em canal verde e desembaraçadas em menos de 24 horas.

² Percentual de declarações de importação parametrizadas em canal amarelo e desembaraçadas em menos de 72 horas.

³ Percentual de declarações de importação parametrizadas em canal vermelho e desembaraçadas em menos de 120 horas.

exportação DU-E), houve um descompasso nos valores medidos, impactando na comparação do indicador.

A apresentação da carga para despacho no novo processo, em regra, ocorre automaticamente e instantaneamente, quando a Nota Fiscal (NF) que ampara essa carga tiver sido recepcionada em recinto aduaneiro e para esta mesma NF houver uma DU-E registrada garantindo, desta forma, que a carga encontra-se em zona primária, controlada e pronta para sua efetiva exportação. Com um percentual de seleção para canal verde superior a 95%, podemos dizer que estas declarações não selecionadas para canal de conferência são imediatamente desembaraçadas pela RFB ou liberadas para a fiscalização de outros órgãos, ficando pendentes de conclusão da fiscalização para o seu desembaraço.

Dessa forma, como consequência do mencionado desligamento gradativo dos antigos sistemas a partir de 02/07/2018, 100% das operações de exportação passaram, obrigatoriamente, a ser realizadas por meio do novo processo.

TEMPOS NO DESPACHO ADUANEIRO

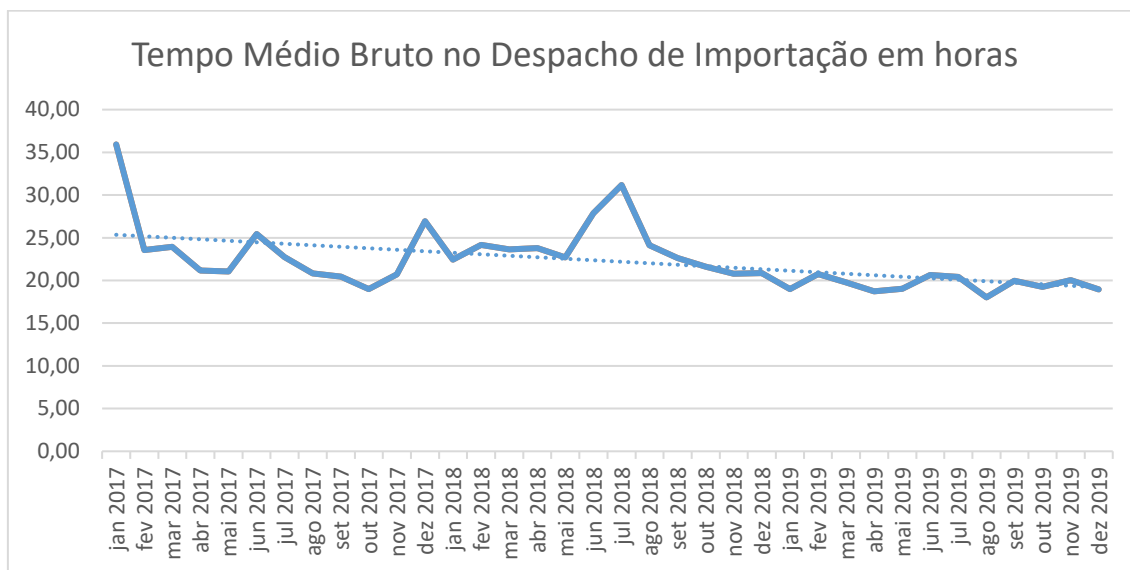
IMPORTAÇÃO - O tempo médio bruto de despacho na importação, indicador que computa o tempo decorrido entre o registro da declaração até o seu desembaraço, foi em média de **19,53 horas**, no ano de 2019.

Este tempo foi **18,25% menor** que o tempo médio bruto total no mesmo período de 2018 (23,89 horas) e **16,28% menor** que o tempo bruto total no mesmo período de 2017(23,33 horas).

Tempo Médio Bruto no Despacho de Importação em horas		
2017	2018	2019
23,33	23,89	19,53

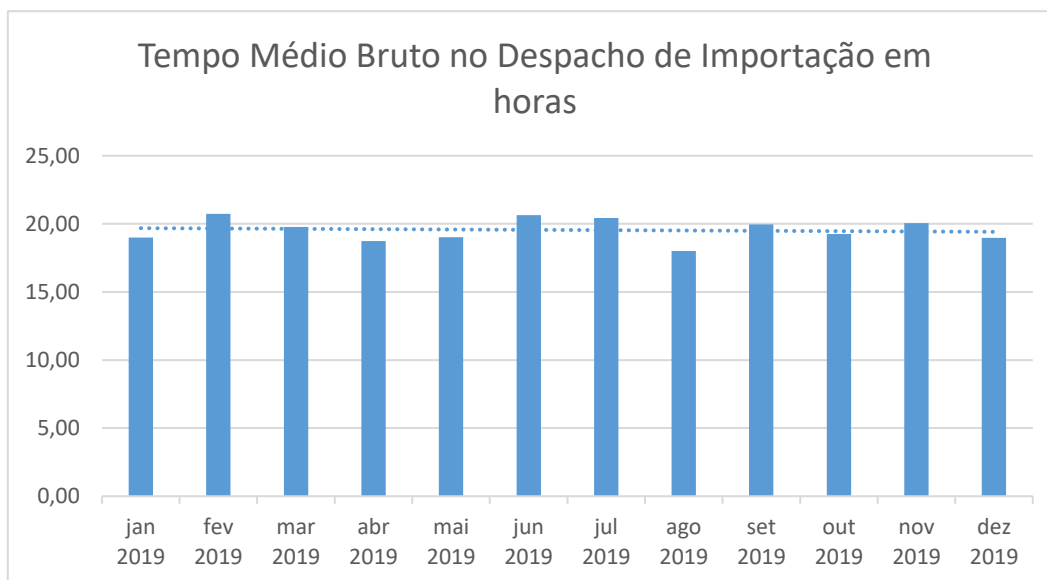
Fonte: DW Aduaneiro, extraídos em 17/01/2020.

O gráfico abaixo mostra a evolução do tempo médio na importação entre os anos de 2017 a 2019.



Fonte: DW Aduaneiro, extraídos em 17/01/2020.

O gráfico abaixo mostra a evolução mensal do tempo médio na importação no ano de 2019:



Fonte: DW Aduaneiro, extraídos em 17/01/2020.

EXPORTAÇÃO - 2019 foi um importante ano para o processo brasileiro de exportação. Com a instituição da Declaração Única de Exportação (DU-E), em meados de 2018, um único documento passou a substituir quatro outros, anteriormente exigidos para a mesma operação.

O Novo Processo de Exportação é uma das mudanças mais importantes implementadas pelo Portal Único de Comércio Exterior. O resultado da implementação do projeto superou as expectativas. O tempo médio de liberação de carga no modo hidroviário foi reduzido de 13 para 6 dias, suplantando a meta estabelecida para o projeto, que era de 8 dias.



46% REDUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE EXPORTAÇÃO MODAL MARÍTIMO

100% das exportações no novo processo de exportação em outubro/2018

Ademais, com a integração de 100% dos órgãos intervenientes no novo processo e a utilização intensiva de técnicas de gerenciamento de risco, possibilitadas pelo fluxo único e eletrônico de informações, **houve expressiva redução nos tempos de concessão de licenças e consequente liberação mais ágil para embarque de significativa parte da pauta de exportações brasileiras**, como, por exemplo, para análise das exportações de carnes, cujo tempo caiu de 3 dias para apenas 15 minutos.



TEMPO DE ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES DE CARNES

3 DIAS → **15 MINUTOS**

O novo processo aproximadamente dobrou a capacidade de processamento de cargas de exportação nos portos do país, eliminando redundâncias e ineficiências do antigo processo e garantindo um uso mais inteligente e eficiente da capacidade já instalada.



III. PANORAMA GERAL DO CONTROLE DOS PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

EXPORTAÇÃO E REGIMES ESPECIAIS

Um dos pilares do Portal Único e do Novo Processo de Exportação é a simplificação e a desburocratização dos procedimentos aduaneiros. O objetivo é reduzir os custos incorridos pelos exportadores e outras partes interessadas, diminuindo a incidência de erros, o tempo necessário para conformidade e **aumentando a**

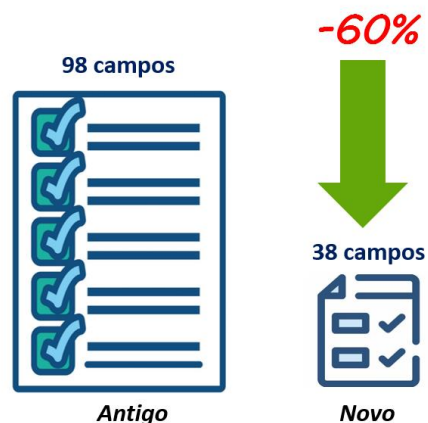
competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional. Nesta linha de simplificação, todos os documentos necessários (DE, DE Web, DSE e RE) para o processamento das exportações foram substituídos por um único documento: a Declaração Única de Exportação (DU-E).

A substituição dos quatro documentos de exportação por um único documento resultou na eliminação de redundâncias nos processos. A redução alcançada foi de 85% no número de documentos exigidos dos exportadores para o processamento das exportações, comparando os meses de dezembro de 2017 (processo antigo) com dezembro de 2018 (novo processo), significando uma redução de 875 mil documentos para 135 mil documentos.

Número de documentos



Quantidade de informações



Essa redução foi acompanhada de outra simplificação significativa: a redução na quantidade de informações a serem fornecidas pelo exportador. No processo anterior, em média, 98 campos eram preenchidos por pelo menos um RE e uma DE. Com o novo processo, os exportadores preenchem, no máximo, 38 campos em um único documento, reduzindo em 60% a necessidade de informações, contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios e para o aumento da

competitividade do setor exportador, que investe menos tempo e recursos em conformidade, podendo redirecioná-los para suas atividades finais.

Ao longo do ano de 2019, essas medidas continuaram surtindo efeitos positivos, agilizando e simplificando a exportação das empresas brasileiras.

Mantida a firme determinação de melhoria do ambiente de negócios nas atividades relacionadas aos regimes especiais aduaneiros, destacam-se as seguintes ações no ano de 2019:

- ✓ - Habilitação dos primeiros estabelecimentos autorizados a operar o **regime aduaneiro especial de Loja Franca de Fronteira Terrestre**, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1799, de 2018.
- ✓ - Alteração das normas relacionadas ao regime aduaneiro especial de Loja Franca e ao tratamento tributário aplicável aos bens de viajantes⁴, aumentando a cota para venda de mercadorias com isenção a passageiro procedente do exterior em lojas francas de portos e aeroportos de US\$ 500,00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) para US\$ 1.000,00 (mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, por passageiro.
- ✓ - Alteração das normas relacionadas ao regime aduaneiro especial do Repetro e do Repetro-Sped⁵ devido às significativas alterações e inovações trazidas pelo Repetro-Sped, garantindo a uniformidade e simplicidade na aplicação dos regimes.

IMPORTAÇÃO

DESPACHO SOBRE ÁGUAS OEA - A Aduana tem registrado avanços na fluidez do comércio exterior em decorrência do aprimoramento de seus processos de trabalho por meio de gestão de riscos, desenvolvimento de novas ferramentas e mapeamento e racionalização de procedimentos.

No âmbito de modernização do controle aduaneiro, é de suma importância que haja um equilíbrio entre a simplificação dos processos de importação e exportação e a efetividade do controle aduaneiro. Nesse condão, diversas iniciativas, tais como o desenvolvimento do **Portal Único de Comércio Exterior** e o fortalecimento do **Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA)**, estão em implementação pela Receita Federal.

Apoiada nessas iniciativas, bem como na ratificação pelo Brasil do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), em novembro de 2017, foi implementada a modalidade de despacho aduaneiro na importação que pode ser considerada uma quebra de paradigma na atuação da Receita Federal: o Despacho sobre Águas OEA.

O Despacho sobre Águas OEA consiste na possibilidade de se registrar a declaração de importação de mercadorias transportadas pelo modal aquaviário antes da efetiva chegada da carga em território nacional e seu descarregamento no porto de destino final.

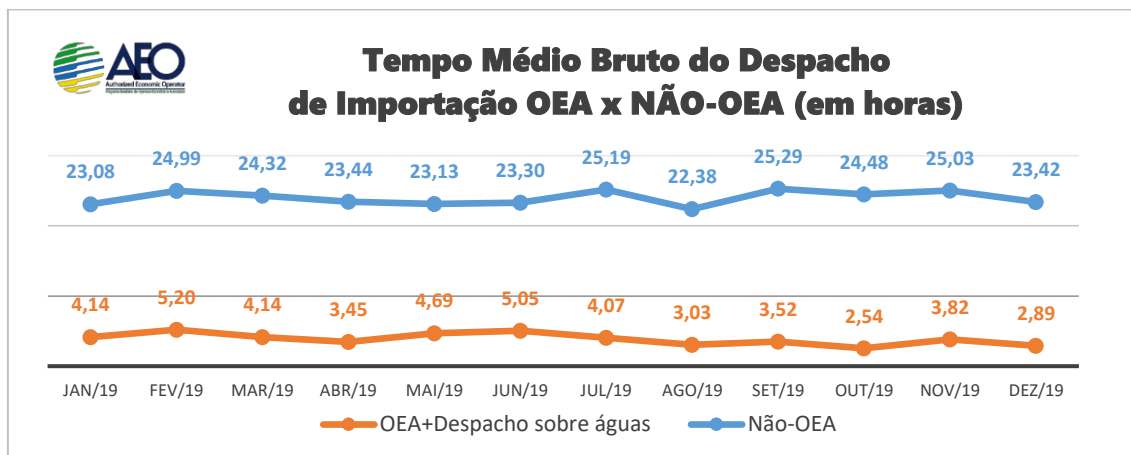
Nesta modalidade, o processo de gestão de risco já se inicia com o registro da Declaração Aduaneira, permitindo, nos casos de parametrização em canal verde de conferência, o desembaraço aduaneiro da declaração antes mesmo de sua chegada no recinto alfandegado,

⁴ Instrução Normativa RFB nº 863, de 17 de julho de 2008, Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2008, a Instrução Normativa nº 1.059, de 2 de agosto de 2010, e a Portaria ME nº 559, de 14 de outubro de 2019

⁵ Instruções Normativas RFB 1.415, de 4 de dezembro de 2013 e 1.781, de 29 de dezembro de 2017

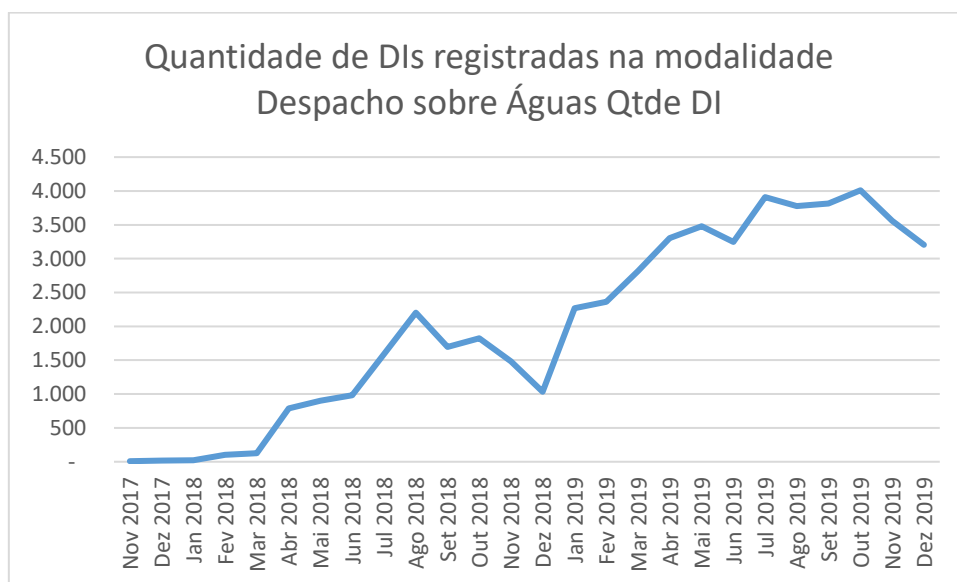
trazendo maior previsibilidade e agilidade para o processo de importação. Por meio desse benefício, as cargas parametrizadas em canal verde de conferência aduaneira podem ser retiradas imediatamente após sua descarga, sem a necessidade de armazenamento.

A crescente utilização do despacho sobre águas permitiu, além de uma drástica redução nos custos de armazenagem aos operadores, **um decréscimo no tempo total despendido na liberação da mercadoria de aproximadamente 84%**, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Fonte: DW Aduaneiro, 07/01/2020.

O gráfico a seguir apresenta a quantidade de DI registradas na modalidade Despacho sobre Águas OEA, desde sua implantação, em novembro de 2017:



Fonte: DW Aduaneiro, extraídos em 23/01/2020.

CERTIFICADOS DE ORIGEM DIGITAL - Dentre os projetos voltados para a facilitação de comércio, destaca-se o sistema sobre os **Certificados de Origem Digital (COD)**, permitindo maior agilidade e segurança e menor custo para os usuários do certificado de origem, privados ou públicos.

Como há acordos que utilizam diferentes versões de certificados⁶, em 2019 o sistema foi alterado para que processasse todas as versões, possibilitando ao Brasil recepcionar todos os COD emitidos pelos países parceiros.

TIME RELEASE STUDY - A Receita Federal iniciou, em 2019, um estudo, com a participação de diversos órgãos públicos e de representantes do setor privado, sobre os tempos despendidos nos processos de liberação de mercadorias na importação e na exportação, com base na metodologia **Time Release Study (TRS)**, da Organização Mundial das Aduanas (OMA). O TRS é uma ferramenta estratégica e internacionalmente reconhecida para medir o tempo real necessário para a liberação de mercadorias, desde o momento da chegada até a liberação física da carga, com o objetivo de identificar gargalos no processo do fluxo comercial e de tomar as medidas necessárias para melhorar a eficácia e eficiência dos procedimentos aduaneiros.

A metodologia de TRS da OMA é reconhecida pelo Acordo de Facilitação do Comércio da OMC, que, em seu artigo 7.6⁷, estimula os países signatários a promoverem em bases regulares estudos que detalhem os tempos no despacho aduaneiro, além da posterior divulgação do referido estudo.

TRÂNSITO ADUANEIRO - Outro projeto de importante impacto desenvolvido em 2019 foi a **modernização do regime aduaneiro especial de Trânsito Aduaneiro**.

O regime aduaneiro especial de Trânsito Aduaneiro é o que permite o transporte de mercadoria, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão do pagamento de tributos. Um dos exemplos da sua aplicação seria a utilização para mercadorias que desembarcam no litoral e são transportadas para portos secos no interior do país, ou para mercadorias estrangeiras que estão apenas de passagem pelo território nacional.

A simplificação deste regime figura entre as medidas de desburocratização do comércio exterior, facilitando e conferindo maior automação ao trâmite das mercadorias, e reduzindo custos e o tempo de todo o processo de importação. As principais medidas adotadas que possibilitaram os avanços foram:

- ✓ A criação da funcionalidade de Anexação de Documentos que instruem a Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA) via sistema, eliminando a necessidade de apresentação de papéis para análise da Receita Federal. O beneficiário do regime especial (transportador, depositário ou importador) promove a anexação dos documentos digitalizados diretamente no Portal Siscomex.
- ✓ A nova funcionalidade de Recepção dos Documentos diretamente via sistema pela autoridade aduaneira da Receita Federal ou de forma automática, conforme o caso.
- ✓ A integração dos sistemas Portal Siscomex e Siscomex Trânsito, permitindo a instrução da DTA com os documentos digitalizados (vinculação da DTA com o dossiê contendo a documentação do processo).

⁶ Versões 1.8.0, 1.8.2 e 1.8.3

⁷ “6.1 Os Membros são incentivados a calcular e publicar, periodicamente e de maneira uniforme, o tempo médio necessário para a liberação de bens, pelo uso de ferramentas como, dentre outros, o Estudo sobre o Tempo de Liberação da Organização Mundial de Aduanas”

- ✓ A orientação dada aos intervenientes pelo [Manual de Trânsito Aduaneiro](#)⁸ no *site* da Receita Federal na Internet, especialmente nos tópicos [Anexação de Documentos](#) e [Recepção de DT](#), detalhando os novos procedimentos.
- ✓ A publicação da [Instrução Normativa RFB nº 1.918/2019](#), que traz adequações ao texto da [IN SRF nº 248/2002](#) que regulamenta o regime de trânsito aduaneiro, compatibilizando-a aos novos procedimentos.

CONTROLE DA CARGA E TRÂNSITO (CCT) - Com relação ao controle de carga, está em desenvolvimento o novo sistema de Controle de Carga e Trânsito (**CCT Importação – Modal Aéreo**), que tem como objetivo: eliminar a burocracia, simplificando e integrando controles; substituir documentos em papel por informação eletrônica (e-AWB); integrar o Portal Único do Comércio Exterior aos sistemas corporativos das empresas; aumentar a eficiência com o recebimento da informação antecipada e o uso intensivo da Gestão de Risco; e permitir maior visibilidade e transparência ao processo de controle. **A meta é reduzir em 80% o tempo para liberação da carga.**

Em 2019, iniciaram-se os testes da *Application Program Interface* (API) de interação entre as empresas transportadoras (Companhias Aéreas e Agentes de Carga) e o CCT Importação - Modal Aéreo. Trata-se de um conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de *software* baseado nos padrões Web, que permitirá a manifestação de carga aérea no Portal Único de Comércio Exterior.

⁸ <http://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/transito-aduaneiro>



IV. REMESSAS INTERNACIONAIS

CONCEITO DE REMESSAS INTERNACIONAIS

Remessa Internacional é o conceito que engloba todas as encomendas, pacotes, presentes, correspondências, documentos ou bens que chegam ao País ou saem dele em um ou mais volumes, por **Empresas de Courier**⁹ ou pelos **Correios**¹⁰.

O Brasil possui apenas um operador postal, que são os Correios (ECT), e aproximadamente 36 empresas de courier habilitadas pela RFB a operar, conforme dados de dezembro de 2019. Para acessar a lista atualizada, acesse o link

<http://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/remessa-s-postal-e-expressa/empresas-autorizadas-a-operar-na-modalidade-remessa-expressa>



PANORAMA GERAL

O ano de 2019 reforçou os avanços obtidos com o modelo de importação por meio da utilização do Sistema Siscomex Remessa tanto para os Correios quanto para as empresas de courier. Complementarmente foram também alteradas as Portarias Coana nº 81 e 82, ambas

de 2017, refletindo novos limites e condições gerais para as remessas internacionais, contribuindo para a melhora do ambiente de negócios do País.

No geral, a **arrecadação na importação de remessas internacionais**, incluindo os segmentos postal e expresso, registrou um **crescimento de 13,74% em relação a 2018**, no valor de **aproximadamente R\$ 734 milhões**.

⁹ Remessa expressa internacional transportada sob responsabilidade das empresas de courier habilitadas a operar pela RFB, por via aérea, para prestação de serviço expresso e entrega porta a porta, amparada por conhecimento de carga courier

¹⁰ Remessa postal internacional transportada sob responsabilidade da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), por meio do sistema postal internacional, respeitados limites e condições da legislação postal internacional e brasileira

No âmbito da **remessa expressa**, observou-se um **incremento significativo no total arrecadado, da ordem de R\$ 524 milhões, superior em 11,39% ao valor de 2018**, e superior em mais de 66% quando comparado ao valor de 2015, mesmo com uma pequena retração no número de volumes em relação a 2018.

A modalidade de remessa expressa é utilizada preferencialmente por Pessoas Jurídicas, que buscam rapidez e agilidade em suas importações, para envios e recebimentos de documentos urgentes e bens. Essa mesma modalidade é também utilizada por pessoas físicas em *e-commerce*, porém em menor grau tendo em vista o maior custo do frete e de outras despesas cobradas pelas empresas de courier.

A remessa postal é utilizada, principalmente, para importações por pessoas físicas, em itens de *e-commerce*, buscando preferencialmente um canal de baixo custo para realização de importações. Nesse contexto, observou-se a **continuidade do crescimento das remessas postais** importadas, atingindo o recorde de 78.398.152 remessas, **um incremento de 11,22% em relação a 2018**.

Mesmo a grande maioria das remessas **postais** sendo de itens de pequeno valor, observou-se um **incremento de 20,01% na arrecadação total em relação a 2018**. Houve também, ao final do ano, um **aumento das importações, atingindo 7,29 milhões de remessas recebidas em dezembro de 2019** contra 6,85 milhões em janeiro do mesmo ano.

Apesar dos ganhos em eficiência, em geral advindos da informatização do processo, bem como ganhos em tempo de atravessamento da remessa postal a partir do registro da Declaração de Importação de Remessa (DIR) até sua liberação pela RFB e demais órgãos de Estado que executam atividades nas operações de comércio exterior, como licenciamentos agrícola, ambiental, sanitário e pelo Exército, os desafios para aprimorar o controle e a fiscalização aduaneira das remessas postais continuam.

Com relação à exportação na remessa expressa por meio de formulário, o número de volumes exportados teve uma ligeira queda, acompanhada de uma forte redução da ordem de 56,03% no valor FCA/FOB, o que se associa ao fato da fixação do novo limite de US\$ 1.000 dólares para utilização de tais formulários, obrigando as exportações superiores a esse limite a utilizarem a DU-E, canal mais apropriado para as exportações de mercadorias com valores maiores.

Já na exportação de remessa postal por meio de formulário, observou-se uma redução de 11,78% no volume total desta modalidade, sendo que a exportação de cartas e documentos reduziu em 25,85% enquanto a exportação de bens sofreu incremento de 28,74%. No segmento postal, também houve o estabelecimento do novo limite de US\$ 1.000 dólares para utilização de formulários, obrigando a utilização da DU-E para as exportações superiores a esse limite.

DADOS ESTATÍSTICOS

IMPORTAÇÃO - Remessa Expressa: 2.693.804 volumes, sendo 2.625.082 remessas, com 52% sendo documentos e 48% não-documentos (bens), 1.680.676 Declarações de Importação de Remessa (DIR) registradas no Siscomex Remessa, sendo 1.042.075 (62%) DIR com tributos,

totalizando um valor FCA/FOB de mais de US\$ 178 milhões.

Ressalta-se que a diferença entre o número de volumes e o de remessas deve-se ao fato de cada remessa expressa poder ser composta por um ou mais volumes, bem como documentos podem ser liberados em lotes, acobertados por apenas uma DIR.

Estatísticas Remessa Expressa Importação						
Período	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2018 / 2019 (%)
Total de Declarações	1.460.188	1.235.195	1.599.109	1.660.981	1.680.676	1,19
Total de Volumes	3.183.287	2.624.579	2.799.956	2.774.532	2.693.804	-2,91
Valor FCA / FOB (US\$)	176.740.755	155.750.692	184.474.348	218.323.256	178.184.707	-18,38

Fonte: RFB (Siscomex Remessa)

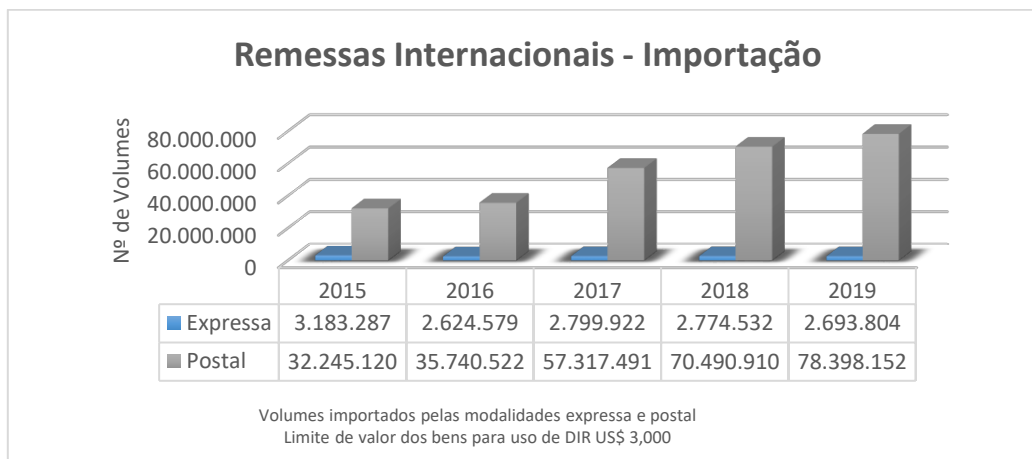
Remessa Postal: 78.398.152 remessas, com um total de 994.242 DIR registradas no Siscomex Remessa, sendo 819.093 (82,38%) com tributos. O valor total FCA/FOB das remessas em DIR foi de aproximadamente US\$ 95 milhões. Cada remessa postal corresponde a um volume.

Importante salientar que, tendo em vista o processo de implantação do Siscomex Remessa, as remessas postais de importação contendo cartas, impressos, livros, jornais ou periódicos, e bens enquadráveis na isenção mencionada no inciso II do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, são desembaraçadas sem formalização de despacho.

Estatísticas Remessa Postal Importação							
Período	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2018 / 2019 (%)	Varição 2015/ 2019 (%)
Total de Declarações	ND	ND	99.467*	811.758	994.242	22,48	ND
Total de Volumes	32.245.120	35.740.522	57.317.491	70.490.910	78.398.152	11,22	143,13
Valor FCA / FOB (US\$)	ND	ND	10.238.608*	90.174.734	94.851.192	5,19	ND

(*) Parcial - implantação a partir de outubro/2017 - Fonte: RFB (Siscomex Remessa) e ECT (total de volumes)

A título de comparação, apresenta-se o gráfico com os números das remessas internacionais no Brasil, em volumes importados pelas modalidades de remessa expressa e remessa postal nos últimos 5 anos. **Somente no ano de 2019 foram recebidas diariamente, em média, um total superior a 220 mil volumes.**



Fonte: RFB (Siscomex Remessa e ECT)

Arrecadação: A arrecadação total (imposto de importação e multas) oriunda da tributação das **remessas expressas** importadas no ano de 2019 alcançou o valor de R\$ 523.976.078, **superior em 11,39% ao valor de 2018.**

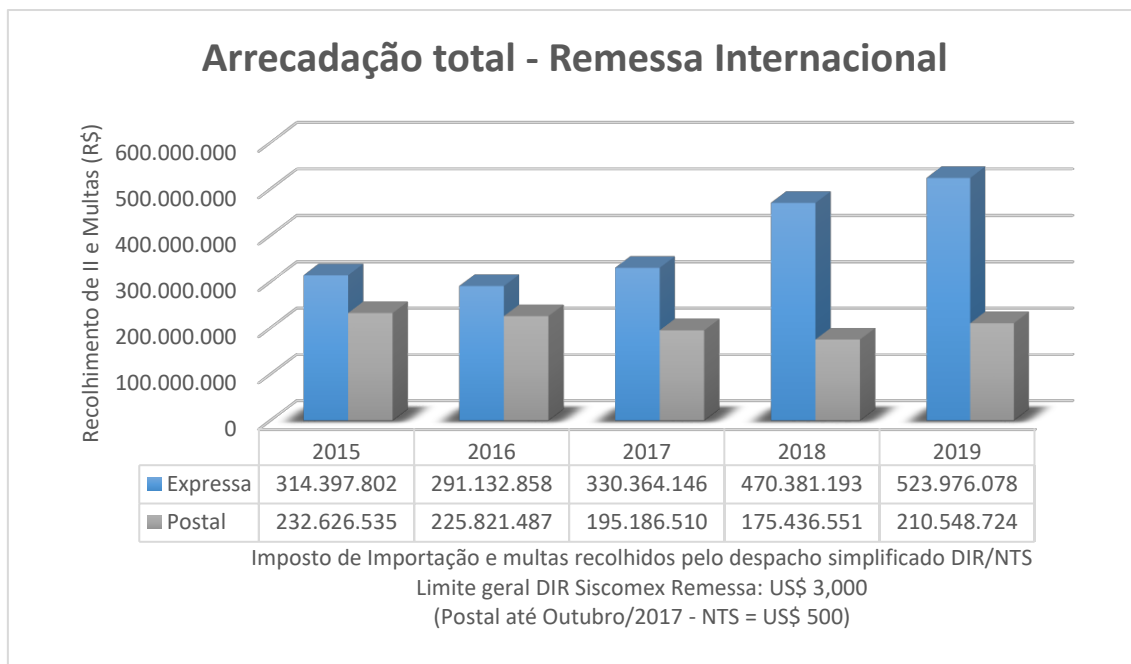
No âmbito da **remessa postal**, por sua vez, foram recolhidos em 2019 o valor de R\$ 210.548.724 em imposto de importação e multas, **um acréscimo de 20,01% em relação a 2018.**

No total, em 2019, a arrecadação com as remessas internacionais foi de R\$ 734.524.802, um **crescimento de 13,74% em relação ao valor de R\$ 645.817.744, recolhido em 2018.** Os dados levam em consideração os impostos e as multas recolhidos em vista do despacho utilizando DIR registrada no Siscomex Remessa.

Arrecadação Total Remessas Internacionais (R\$)						
Período	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2018 / 2019 (%)
Remessas Expressas						
Remessa Expressa II	306.442.543	284.656.342	320.527.960	461.536.069	515.661.985	11,73
Remessa Expressa Multas	7.955.258	6.476.515	9.836.186	8.845.124	8.314.094	-6,00
Remessa Expressa TOTAL (II + Multas)	314.397.802	291.132.858	330.364.146	470.381.193	523.976.078	11,39
Remessas Postais						
Remessa Postal II	232.616.396	225.803.694	195.162.449	172.112.739	204.415.785	18,77
Remessa Postal Multas	10.139	17.792	24.060	3.323.812	6.132.940	84,51
Remessa Postal TOTAL (II + Multas)	232.626.535	225.821.487	195.186.510	175.436.551	210.548.724	20,01
Remessas Internacionais						
Remessas Internacionais Total Arrecadação (II e Multas)	547.024.336	516.954.344	525.550.655	645.817.744	734.524.802	13,74

Fonte: RFB (DW Arrecadação)

Para melhor visualização, apresenta-se o gráfico com o comportamento da arrecadação total (II e Multas) das remessas internacionais no Brasil, para as modalidades remessa expressa e remessa postal nos últimos 5 anos.



Fonte: RFB (DW Arrecadação)

EXPORTAÇÃO - Remessa Expressa: 1.376.421 volumes, totalizando um valor FCA/FOB de US\$ 53,7 milhões, exportados através de Declaração de Remessas de Exportação (DRE).

A partir de 2019, o valor máximo para despacho de remessas expressas de exportação em formulário foi de US\$ 1.000. Acima deste valor o despacho deve ser realizado pela Declaração Única de Exportação (DU-E), a declaração eletrônica que serve de base para o despacho aduaneiro de exportação no Brasil.

Os dados apresentados na tabela abaixo incluem todas as remessas, contendo documentos ou bens.

Estatísticas Remessa Expressa Exportação por DRE						
Período	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2018 / 2019 (%)
Total de Volumes	1.371.436	1.376.089	1.368.077	1.399.026	1.376.421	-1,62
Valor FCA / FOB (US\$)	65.865.356	69.436.332	85.159.385	122.202.133	53.734.659	-56,03

Fonte: Empresas de courier e RFB

Remessa Postal: 3.541.415 remessas/volumes, exportadas através de Lista de Remessas, em formulário.

A partir de 2019, o valor máximo para despacho de remessas postais de exportação em formulário foi de US\$ 1.000. Acima deste valor o despacho deve ser realizado por DU-E.

A tabela a seguir apresenta os dados das remessas contendo cartas, documentos ou bens. Cada remessa postal corresponde a um volume.

Estatísticas Remessa Postal Exportação por Lista de Remessas						
Período	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2018 / 2019 (%)
Cartas / Documentos	3.799.591	2.875.891	2.093.797	2.979.146	2.208.880	-25,85
Bens	962.559	956.561	1.154.260	1.035.029	1.332.535	28,74
Total de Remessas Postais Exportadas por formulário	4.762.150	3.832.452	3.248.057	4.014.175	3.541.415	-11,78

Fonte: ECT e RFB

A título de comparação, apresenta-se o gráfico com os números das remessas internacionais no Brasil, em volumes exportados pelas modalidades remessa expressa e remessa postal nos últimos 5 anos.



Fonte: Empresas de courier, ECT e RFB

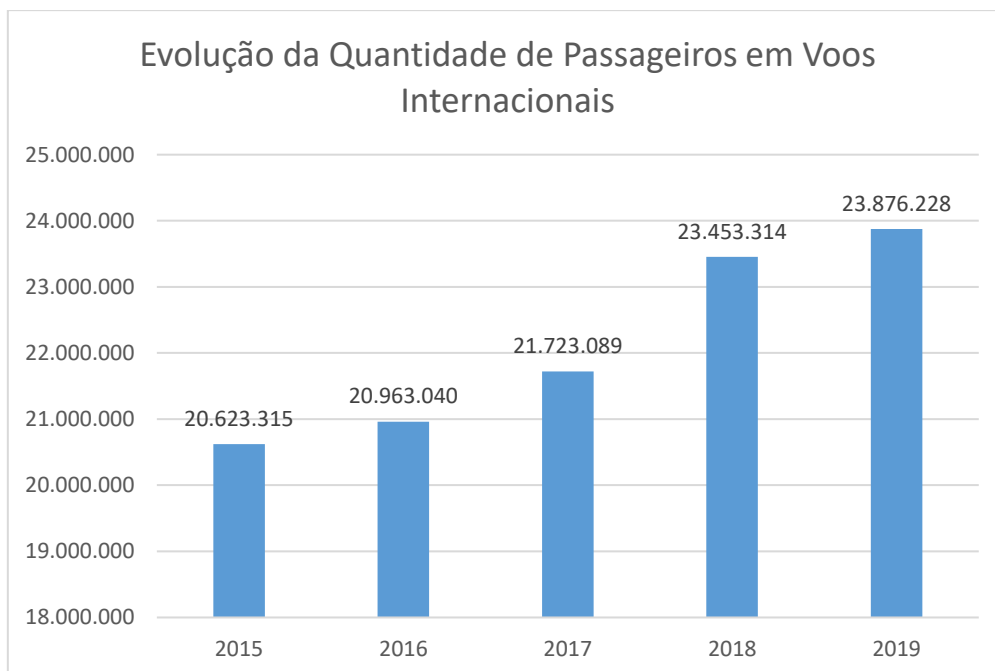


V. CONTROLE DE BENS E VIAJANTES

QUANTITATIVO DE VIAJANTES

Em 2019, os aeroportos internacionais brasileiros movimentaram cerca de 23,9 milhões de viajantes em voos internacionais de entrada e saída do Brasil, **quantitativo 2% superior em relação a 2018**. Mantendo a tendência de aumento da movimentação, conforme

verificado nos anos anteriores.



Fonte: DW-Viajantes.

BENS DE VIAJANTES

Os viajantes de voos internacionais registraram espontaneamente 22.442 declarações eletrônicas de bens de viajantes (e-DBV) no ano de 2019, as quais representaram um valor total de mercadorias na ordem de R\$ 672.327.127, **uma diminuição em relação ao valor**

dos bens declarados espontaneamente em 2018. Essas declarações serviram de base para o recolhimento do crédito tributário de R\$ 26.116.978 no ano de 2019.

Declarações de Bens										
	Declarações					Ocorrências				
	Qtde.	Valor Total dos Bens	Valor do Imposto Pago	Valor da Multa Paga	Valor Total em Termos de Retenção	Qtde.	Valor Total dos Bens	Valor do Imposto Pago	Valor da Multa Paga	Valor Total em Termos de Retenção
2018	22.824	678.879.897	27.300.888	824.962	12.379.541	28.567	1.413.880.712	29.028.790	13.324.524	115.972.724
2019	22.442	672.327.127	26.116.978	638.799	12.405.738	34.137	1.067.424.523	39.438.224	18.608.859	58.236.796

Fonte: Sistema e-DBV. Valores em Reais. Dados extraídos em 06/01/2020.

No ano de 2019, foram registradas 34.137 ocorrências, apontando **um aumento de 19,5% na quantidade de ocorrências em relação a 2018**.

Cabe lembrar que o termo “Ocorrências” na tabela acima refere-se à verificação pela fiscalização aduaneira de passageiros entrando no País e portando mercadoria estrangeira em valores ou quantidades que superaram os limites para a fruição da isenção, sem apresentar a correspondente e-DBV, ou seja, o passageiro fez a opção indevida pelo canal “Nada a Declarar” ou declarou na e-DBV valores ou quantidades inferiores ao que efetivamente portava. Já a retenção da mercadoria por meio dos Termos de Retenção ocorre quando os bens do passageiro possuem quantidade ou natureza que revele destinação comercial ou são de importação proibida.

A adoção de um novo modelo de gestão de risco nos aeroportos bem como a especialização crescente de algumas equipes tem produzido um forte crescimento na apreensão de drogas portadas por passageiros em voos internacionais. O modelo de sucesso adotado pela Receita Federal, fruto do investimento em capacitação dos servidores, ações de inteligência, tecnologia e equipamento adequado, como scanners e cães de faro, possibilita um número expressivo de apreensões de drogas nos aeroportos internacionais.

Com relação à quantidade de declarações de admissão temporária, no ano de 2019 houve **um aumento de 12%** em relação a 2018, passando de 15.879 para 17.835 declarações registradas no sistema e-DBV. Observa-se que o valor em dólar dos bens que entraram no país temporariamente, no ano de 2019 foi superior ao ano de 2018 em aproximadamente 11%, conforme pode ser visto no quadro abaixo.

Declarações de Admissão Temporária			
Brasil todos os modais	Declarações		
	Qtde.	Valor Total dos Bens em Dólar	Valor Total dos Bens em Reais
2017	9.157	11.598.626.227	36.987.511.402
2018	15.879	8.009.530.127	29.007.158.372
2019	17.835	8.855.415.949	35.054.966.252

Fonte: Sistema e-DBV. Dados extraídos em 06/01/2020.

Importante mencionar que a partir de 2016 passou-se a computar na e-DBV a admissão temporária de veículos, incluindo no modal aéreo a admissão temporária de aeronaves de viajantes.

PORTE DE VALORES

Em relação à entrada e saída do Brasil de valores, ao se comparar os dados do ano de 2019 com os dos anos anteriores, percebe-se a tendência crescente de declarações de entrada e uma diminuição na quantidade de declarações de saída. No entanto, apesar de terem sido apresentadas mais declarações de saída em 2018 em

comparação a 2019, houve **um aumento de 9,19% em termos de valor total**.

Já no tocante às ocorrências na entrada, estas sofreram aumento tanto em relação a quantidade quanto em relação a valores, e as ocorrências na saída diminuíram tanto em quantidade quanto em valores.

Cabe mencionar que o termo "Declarações" se refere ao viajante que ingressou no País ou dele saiu com recursos em espécie, em moeda nacional ou estrangeira, superior a R\$10.000 e apresentou espontaneamente a correspondente e-DBV à fiscalização aduaneira. Já o termo "Ocorrências" refere-se ao viajante que não apresentou a correspondente e-DBV ou declarou na e-DBV valores inferiores ao que portava.

Declarações de Porte de Valores								
Brasil	Declarações				Ocorrências			
	Entrada		Saída		Entrada		Saída	
	Qtde.	Valor Total	Qtde.	Valor Total	Qtde.	Valor Total	Qtde.	Valor Total
2017	4.290	461.487.026	6.284	233.868.527	522	38.597.427	229	8.813.021
2018	5.137	406.971.318	7.532	274.404.082	467	36.240.797	218	8.085.844
2019	5.590	427.945.422	6.760	299.638.200	566	50.638.387	188	6.798.593

Fonte: Sistema e-DBV. Dados extraídos em 07/01/2020. Valores em Reais.

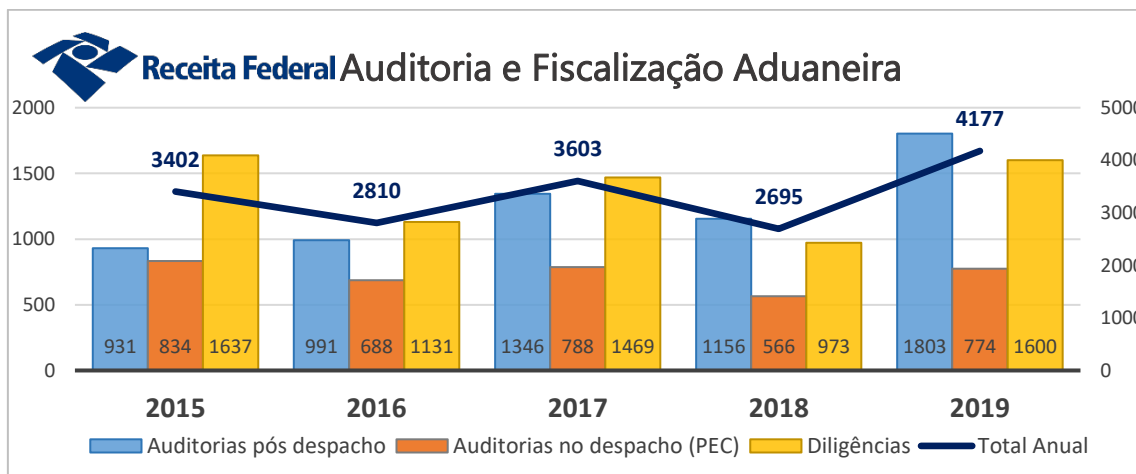


VI. AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA

RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA

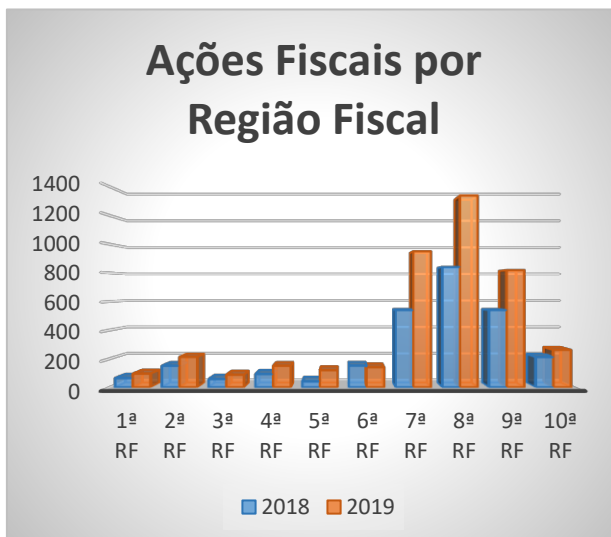
No ano de 2019, foram **encerradas 4.177 ações fiscais**, sendo 1.803 Auditorias Posteriores ao Despacho, 774 Auditorias no Curso do Despacho (Procedimentos Especiais de Controle) e 1.600 Diligências Fiscais, representando um incremento de 55% na comparação

com o ano de 2018, conforme gráfico abaixo.

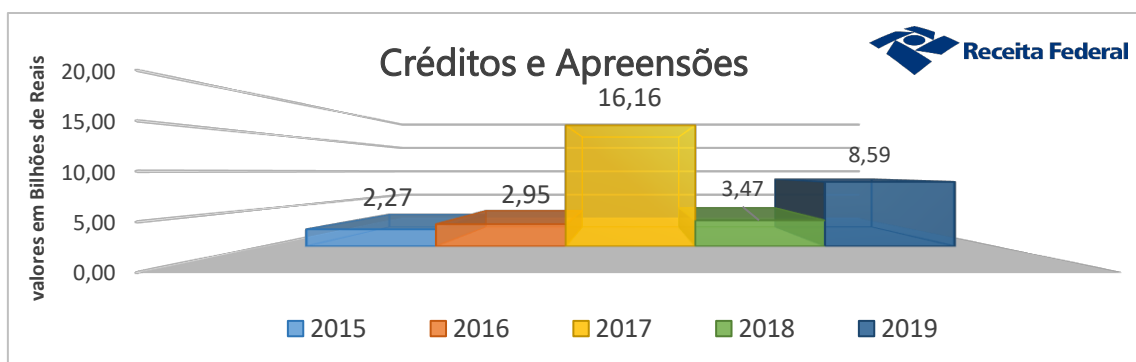


A distribuição nacional, por região fiscal da RFB, das quantidades de RPF nos anos de 2018 e 2019, é a apresentada a seguir:

Região Fiscal	2018	2019
	Ações Executadas Totais	Ações Executadas Totais
1ª RF	65	96
2ª RF	151	213
3ª RF	58	88
4ª RF	93	151
5ª RF	43	120
6ª RF	152	141
7ª RF	540	950
8ª RF	841	1.337
9ª RF	540	819
10ª RF	212	262
Total	2.695	4.177



O total de créditos tributários lançados e apreensões efetuadas no ano de 2019 alcançou o total de R\$ 8,59 bilhões conforme gráfico abaixo.



A tabela a seguir mostra a análise do resultado da fiscalização aduaneira, quando discriminado entre ações fiscais realizadas em Pessoas físicas e jurídicas, e apresenta um maior crescimento em ações voltadas em pessoas físicas, como agentes da conduta ilícita, sem se olvidar o representativo resultado nas ações em pessoas jurídicas.

Tipo Contribuinte	Valor Crédito RPF Gerencial - Aduana					Variação 2018/2019
	2015	2016	2017	2018	2019	
Pessoa Física	3.761.044,28	21.999.652,90	12.818.840,42	25.846.123,54	100.547.723,85	289%
Pessoa Jurídica	2.266.932.572,68	2.924.499.163,07	16.146.369.393,81	3.439.845.029,73	8.488.265.723,24	147%
Total	2.270.693.616,96	2.946.498.815,97	16.159.188.234,23	3.465.691.153,27	8.588.813.447,09	148%

O resultado no ano de 2019 representa um crescimento de mais de R\$ 5 bilhões quando comparado com o resultado obtido em 2018, demonstrando percentualmente uma variação positiva de **148%**. É de se destacar que quando comparado aos anos anteriores, o resultado de 2019 foi positivo inclusive no confronto com o ano de 2017, posto que neste ano a parcela representativa do resultado é decorrente de uma ação fiscal, que se excluía para efeito de comparação, representaria com o ano de 2019 um acréscimo da ordem de 40%.

A tabela a seguir discrimina o resultado da fiscalização aduaneira, tanto em pessoas físicas quanto jurídicas, separado por créditos lançados e apreensões efetuadas, em ações fiscais pós despacho e no curso do despacho.

Tipo de Contribuinte	2018			2019		
	Valor Créd. Trib. RPF	Valor Apreensão Mercadoria	TOTAL	Valor Créd. Trib. RPF	Valor Apreensão Mercadoria	TOTAL
Pessoa Física	25.009.459,32	836.664,22	25.846.123,54	98.309.165,95	2.238.557,90	100.547.723,85
Pessoa Jurídica	3.362.562.800,23	77.282.229,50	3.439.845.029,73	8.331.827.443,99	156.438.279,25	8.488.265.723,24
Total	3.387.572.259,55	78.118.893,72	3.465.691.153,27	8.430.136.609,94	158.676.837,15	8.588.813.447,09



VII. PROGRAMA OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO (OEA)

PROGRAMA OEA - 5 ANOS DE CONFIABILIDADE, AGILIDADE E SEGURANÇA NO COMÉRCIO EXTERIOR

O Programa Operador Econômico Autorizado – OEA, estabelecido em 2014, completou 5 anos de existência em dezembro de 2019 e **consagrou-se como uma das ferramentas mais eficazes** na implementação da Facilitação do Comércio Brasileiro.

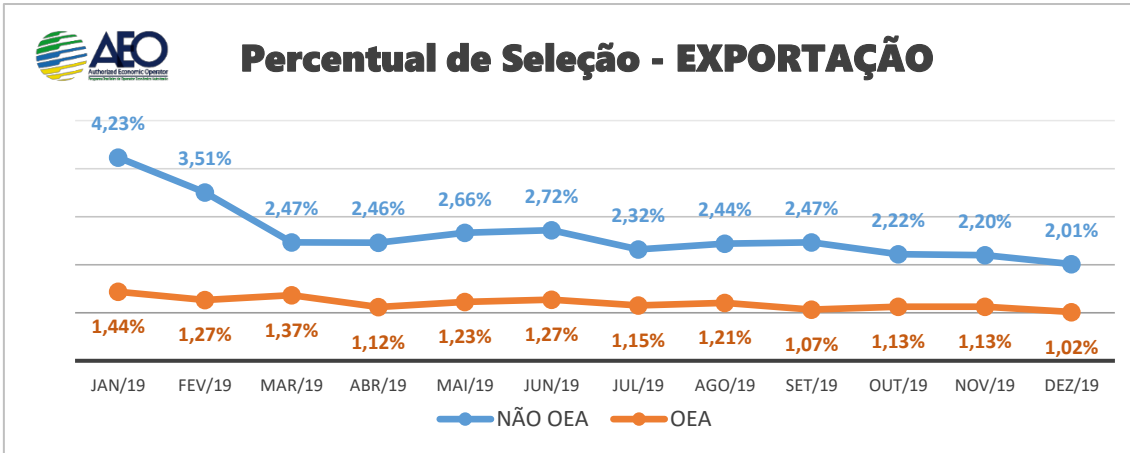
O Programa permite que intervenientes que atuem no comércio exterior e adotem medidas de alto grau de conformidade sejam beneficiados no fluxo dos seus processos de importação e exportação.

A certificação OEA é concedida aos operadores que adotem processo de gestão para minimizar os riscos existentes em suas operações de comércio exterior. Podem participar do programa diversos operadores da cadeia de comércio exterior, como importadores, exportadores, transportadores, depositários de mercadoria, sob controle aduaneiro em recinto alfandegado ou em Redex, agentes de carga e operadores portuários e aeroportuários.

Dentre os benefícios oferecidos aos importadores e aos exportadores certificados como OEA, estão o percentual reduzido de seleção de cargas para conferência das mercadorias, a redução do tempo médio bruto dos despachos de importação e o despacho sobre águas OEA.

Redução do percentual de seleção para canais de conferência - Na **exportação**, esse benefício é usufruído pelos importadores e exportadores certificados como **OEA-Segurança**. O percentual médio de seleção para canais de conferência dos OEA-Segurança na exportação, durante o ano de 2019, foi de **1,20%**.

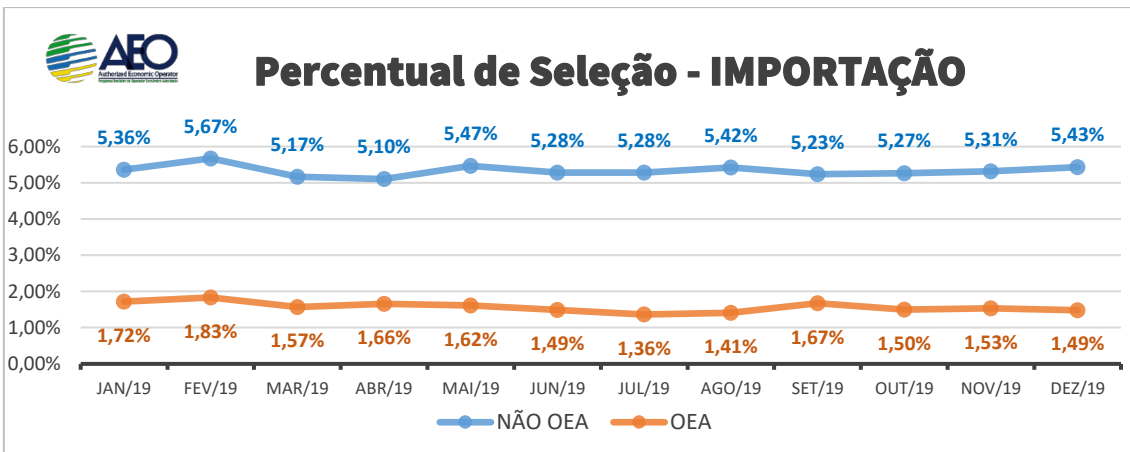
Em comparação, o percentual médio dos importadores e exportadores não-OEA na exportação foi de **2,64%**. Isso representa para os Importadores e Exportadores OEA-Segurança a redução de 54,62% em relação aos operadores não certificados no programa.



Fonte: DW Aduaneiro, 07/01/2020.

Na **importação**, esse benefício é usufruído pelos importadores e exportadores certificados como **OEA-Conformidade Nível 1**, recepcionados do antigo Linha Azul, e **OEA-Conformidade Nível 2**. O percentual médio de seleção para canais de conferência dos OEA-Conformidade na importação, durante o ano de 2019, foi de **1,57%**.

O percentual médio dos importadores e exportadores não-OEA na importação foi de **5,33%**, representando aos Importadores e Exportadores OEA-Conformidade uma redução de 70,54% em relação aos operadores não certificados no programa.



Fonte: DW Aduaneiro, 07/01/2020.

Um menor percentual de seleção para canais de conferência permite que importadores e exportadores movimentem suas cargas com mais agilidade, trazendo vantagem competitiva na concorrência com operadores nacionais e de outros países, além de reduzir os custos com armazenagem.

Apesar deste percentual reduzido de seleção, a Receita Federal permanece cumprindo sua principal função de fiscalizar as cargas, pois as diretrizes do Programa OEA estão baseadas na **Gestão de Risco**. Ao invés de a Receita Federal realizar o controle aduaneiro transacional, por meio de seleção informatizada das unidades de carga, aos operadores certificados como OEA exige-se a adoção de processos de trabalho robustos para minimizar os riscos relacionados à falta de segurança física das cargas e ao descumprimento das legislações tributária e aduaneira.

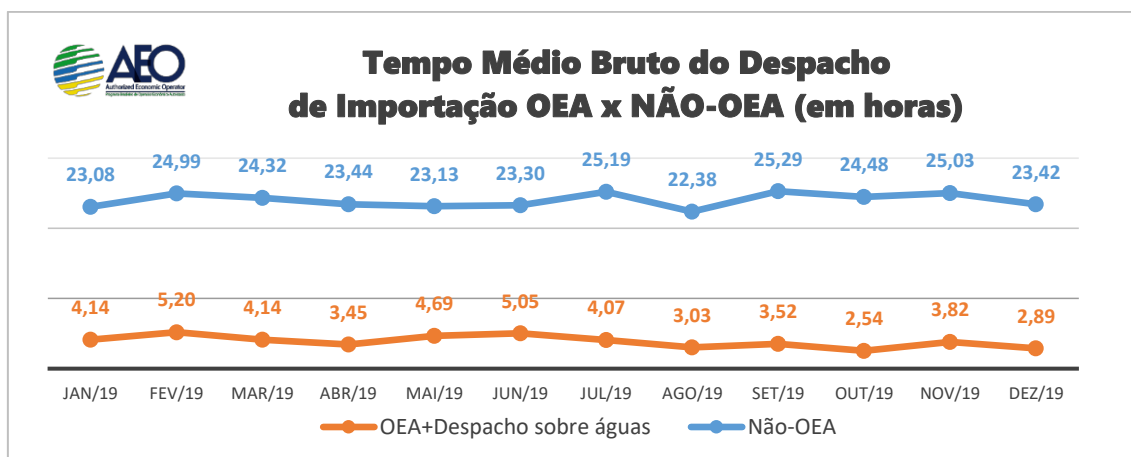
Ter processos de trabalho estruturados, monitorados e continuamente em aprimoramento reduz a probabilidade de ocorrência de erros, o que permite à RFB a seleção das cargas desses operadores em menor percentual. No pós-despacho, os importadores e exportadores OEA permanecem sujeitos à fiscalização da RFB, de forma idêntica a qualquer outro operador.

Paralelamente à exigência de controles internos das empresas certificadas, a equipe de monitoramento do Programa OEA faz um contínuo acompanhamento das operações destes operadores por meio de cruzamento de informações nos sistemas da RFB.

Caso um OEA venha a baixar sua conformidade, ou seja, seja verificado um aumento no risco, a equipe de monitoramento poderá graduar os benefícios concedidos pelo Programa, como por exemplo, aumentar o percentual de seleção por um tempo determinado.

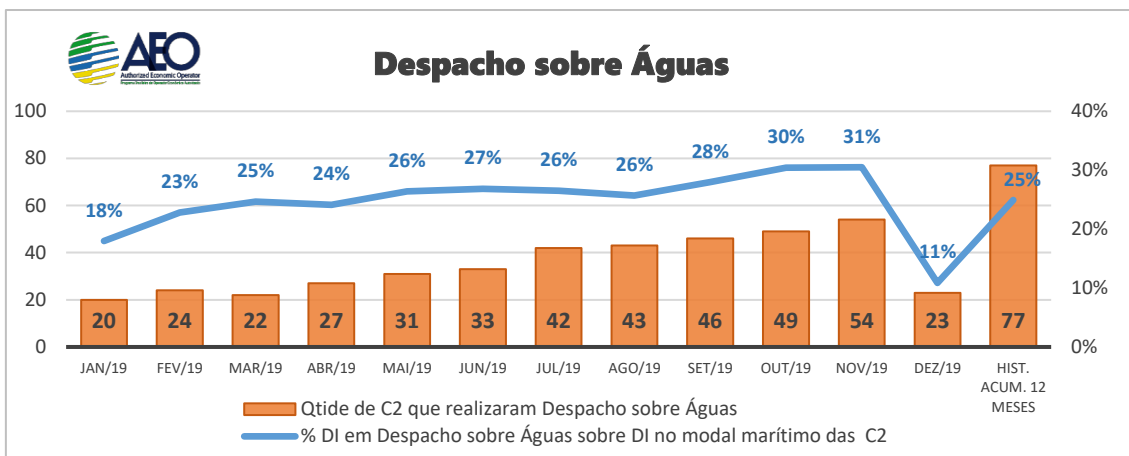
Redução do Tempo Médio Bruto dos Despachos de Importação - Muito em razão da implantação do despacho sobre águas aos operadores certificados como OEA-Conformidade Nível 2, benefício que permite registrar a Declaração de Importação (DI) antes da chegada da carga no território nacional, quando a mercadoria for transportada por meio aquaviário, foram verificados tempos muito distintos entre operadores OEA e não-OEA.

Por meio desse benefício, as cargas parametrizadas em canal verde de conferência aduaneira podem ser retiradas imediatamente após sua descarga, sem a necessidade de armazenamento. A utilização do despacho sobre águas permitiu, além de uma drástica redução nos custos de armazenagem aos operadores, um decréscimo no tempo total despendido na liberação da mercadoria de aproximadamente 84%, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



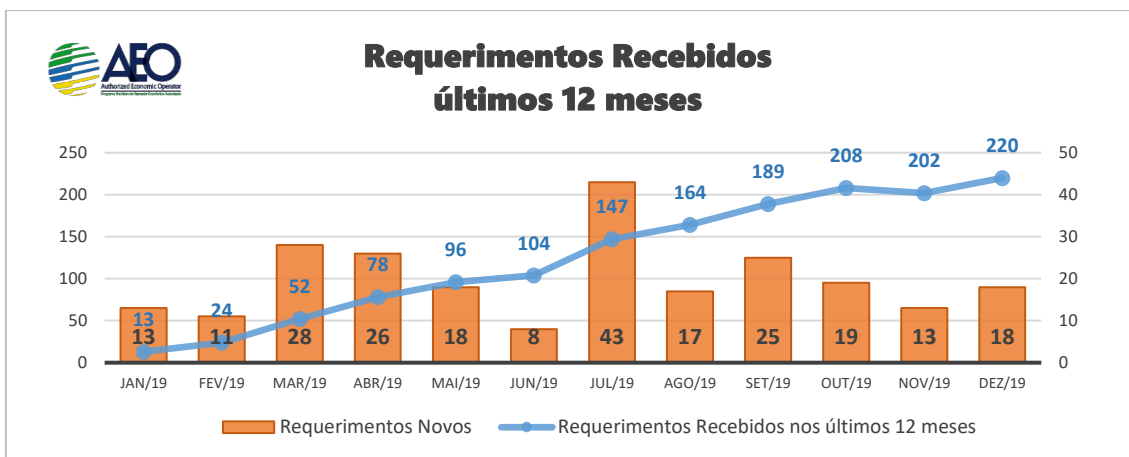
Fonte: DW Aduaneiro, 07/01/2020.

A expectativa de diminuição do tempo médio bruto dos despachos de importação é ainda maior, visto que, dos atuais 193 operadores certificados na modalidade OEA-C2, apenas 40% deles, 77 importadores, utilizaram o benefício durante 2019. Além disso, entre os operadores que utilizaram o benefício, em média, o fizeram em apenas 25% de seus despachos no modal marítimo.



Fonte: DW Aduaneiro, 07/01/2020.

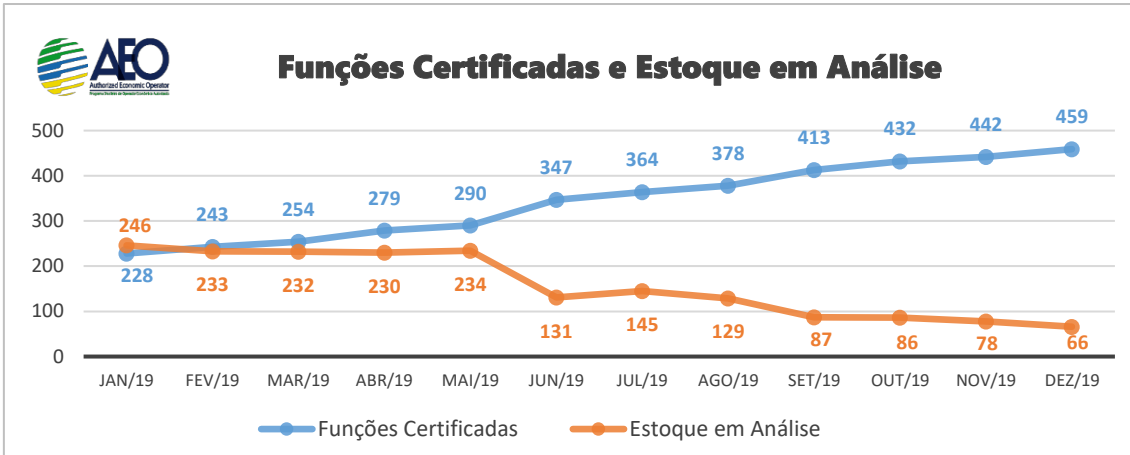
Demanda pela Certificação OEA - Durante o ano de 2019, o Programa OEA recebeu 220 novos requerimentos de certificação, o que demonstra acentuado interesse dos operadores em participar dessa iniciativa da Receita Federal, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:



Fonte: DW Aduaneiro, 07/01/2020.

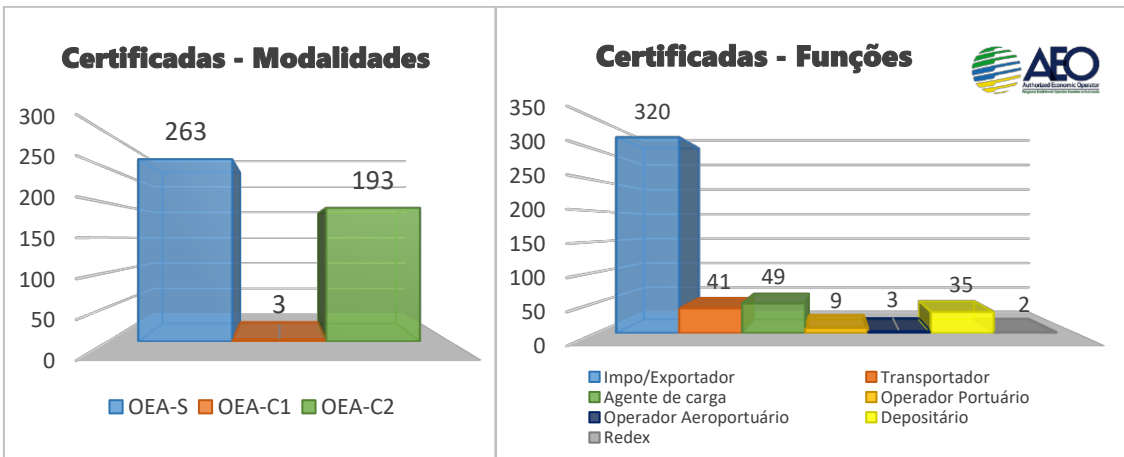
Neste mesmo período, os cinco Centros Regionais OEA concluíram 378 requerimentos, que resultaram em 240 novas funções certificadas (63,5%), 80 arquivamentos (21,2%) e 69 indeferimentos (18,3%). Esse resultado representa um novo recorde em certificações pela Receita Federal.

Em dezembro de 2018, havia 219 funções certificadas ativas e 247 requerimentos em análise. Ao final de dezembro de 2019, esses números passaram para, respectivamente, 459 funções certificadas e 66 requerimentos em estoque. A queda progressiva pode ser observada no gráfico abaixo:



Fonte: DW Aduaneiro, 07/01/2020.

As funções certificadas estão segmentadas da seguinte forma:



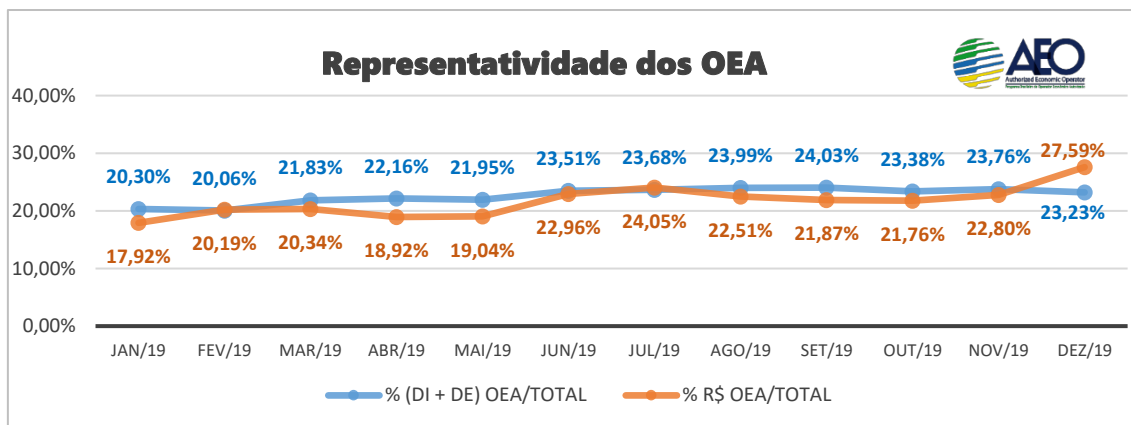
Modalidades Certificadas: 459

- 263 OEA-Segurança;
- 3 OEA-Conformidade Nível 1
- 193 OEA-Conformidade Nível 2

Funções na cadeia logística certificadas:

- 320 Impo/Exportadores
- 41 Transportadores
- 49 Agentes de Carga
- 09 Operadores Portuários
- 03 Operadores Aeroportuários
- 35 Depositários em recintos alfandegados
- 02 Redex

As operações dos OEA corresponderam, em média, a 17,97% do total de declarações de exportação e 27,51% das declarações de importação, no último trimestre de 2019. Em relação à participação em Reais (R\$), no mesmo período, os OEA representaram 19,44% do valor FOB exportado e 27,92% do valor CIF importado. Os valores mensais, somando-se as importações e as exportações OEA e não-OEA, podem ser verificados no gráfico abaixo:



Fonte: DW Aduaneiro, 07/01/2020.

OEA - INTEGRADO

O OEA-Integrado é composto de módulos complementares de órgãos ou entidades da administração pública que voluntariamente desejarem implementar o Programa OEA em sua estrutura. A Portaria RFB nº 2384, de 2017, estabelece as diretrizes

sobre a participação destes órgãos ou entidades da administração pública que exercem controle sobre operações de comércio exterior. Ao longo do ano de 2019 dois órgãos integraram o programa, que atualmente conta com 5 órgãos, conforme identificado a seguir:



- ✓ **OEA-AGRO** - Em 13 de dezembro de 2016, foi assinada a Portaria Conjunta RFB/DAS nº 1.700 entre a RFB e a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, dispoendo sobre o planejamento e a execução de projeto-piloto no âmbito do Programa Brasileiro do OEA. A Instrução Normativa SDA nº 45/2018 instituiu, no âmbito no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), módulo complementar ao Programa OEA-Integrado, o OEA-Agro. Em novembro de 2019, foram certificadas as seis primeiras empresas, participantes do piloto de defensivos agrícolas. A previsão é a expansão a toda a categoria no início de 2020.
- ✓ **OEA-Exército** - Em 14 de março de 2018, a Receita Federal e o Exército Brasileiro assinaram Portaria Conjunta RFB/COLOG nº 384 que firmou parceria para, juntos, trabalharem na facilitação da importação de produtos controlados pelo Exército, como armas, munições e produtos químicos. Os trabalhos estão em andamento.
- ✓ **OEA-ANAC** - Em 13 de junho de 2018, a Receita Federal e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) firmaram parceria para implementar ações de facilitação do transporte de mercadorias por via aérea e aprimorar a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita. Foi assinada a Portaria Conjunta RFB/ANAC nº 862 que autoriza formalmente o início dos trabalhos entre os dois órgãos. Os trabalhos estão em andamento.
- ✓ **OEA-ANVISA** - Em 07 de maio de 2019, a Receita Federal e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) assinaram Portaria Conjunta RFB/ANVISA nº 1 que autoriza

o planejamento e a execução do projeto-piloto no âmbito do OEA-Integrado junto à ANVISA.

- ✓ **OEA-INMETRO** - Em 24 de setembro de 2019, a Receita Federal e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) assinaram Portaria Conjunta RFB / INMETRO nº 1596 que autoriza o planejamento e a execução do projeto-piloto no âmbito do OEA-Integrado junto ao Inmetro.

ARM – ACORDOS DE RECONHECIMENTO MÚTUO

Os Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM) são acordos bilaterais celebrados entre Aduanas de países que possuam Programas de OEA compatíveis entre si, com a finalidade do reconhecimento mútuo das certificações OEA para tratamento prioritário das cargas

e redução de custos associados à armazenagem, garantindo previsibilidade das transações e melhoria na competitividade das empresas OEA no comércio internacional.

Desta forma, os ARM são acordos operacionais que visam facilitar o comércio exterior brasileiro, fato que está em total consonância com as metas traçadas pelo Acordo de Facilitação do Comércio, do qual o Brasil é signatário.

O atual estágio dos ARM celebrados consta a seguir:

- ✓ **ARM com o Uruguai** - Em 13 de dezembro de 2016, foi assinado o primeiro Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) brasileiro, entre a Receita Federal e a Aduana Uruguia.

O Acordo visa reconhecer mutuamente exportadores e transportadores terrestres e conceder benefícios, inicialmente, nos despachos de cargas efetuados em três fronteiras:

- Chuí (BR) e Chuy (UY)
- Jaguarão (BR) e Rio Branco (UY)
- Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY)

Os benefícios oferecidos mutuamente nas fronteiras citadas são:

- Início simultâneo dos trâmites de exportação em um país e de importação no outro, em Áreas de Controle Integrado (ACI)
- Realização de verificações físicas em conjunto nas ACI no caso de cargas selecionadas para conferência pelas duas partes
- Prioridade na análise de despachos de importação selecionados para conferência quando o exportador for certificado como OEA no Brasil ou como OEC no Uruguai
- Prioridade para entrada do veículo do transportador certificado como OEA ou OEC no terminal alfandegado existente no ponto de fronteira
- Redução da revista de cabines dos veículos terrestres na entrada no terminal alfandegado
- Liberação de cargas de exportadores OEA ou OEC em qualquer horário, desde que dentro do horário de funcionamento da unidade no ponto de fronteira

- ✓ **ARM com a China** - Em 25 de outubro de 2019, na presença dos Presidentes do Brasil e da China, foi assinado o Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) entre o Programa de Gerenciamento do Credenciamento de Empresas da China e o Programa Operador Econômico Autorizado do Brasil.

No acordo, a China oferecerá aos operadores certificados como OEA no Brasil os seguintes benefícios:

- Percentual reduzido de inspeção documental;
- Percentual relativamente reduzido de inspeção de mercadorias na importação e exportação;
- Prioridade de conferência de qualquer carga selecionada para inspeção física;
- Designação de um ponto de contato na Aduana Chinesa para comunicação, com a finalidade de solucionar problemas enfrentados pelos OEA brasileiros durante o despacho aduaneiro na China;
- Concessão de prioridade no despacho quando da normalização dos serviços após perturbação no comércio internacional por força de elevação dos níveis de alerta de segurança, fechamento de fronteiras e/ou ocorrência de desastres naturais, emergências perigosas ou outros incidentes significativos.



✓ **ARM Regional com o Mercosul** - Em 13 de novembro de 2019, foi assinado pela RFB e as Aduanas da Argentina, Uruguai e Paraguai o primeiro Acordo de Reconhecimento Mútuo Regional do Brasil, no âmbito do Mercosul.

Dentre os benefícios em discussão para este

Acordo estão:

- Prioridade e agilização no despacho aduaneiro de importação.
- Redução e prioridade nas inspeções de importação.
- Prioridade no movimento transfronteiriço de operadores certificados, condicionada à viabilidade operacional dos pontos de fronteira.

PLANOS DE TRABALHO CONJUNTOS

Além dos acordos já assinados e em linha de trabalho com o planejamento do programa OEA, a Receita Federal tem em andamento alguns Planos de Trabalho Conjunto com diversos países, a exemplo de: Estados Unidos, Argentina, Bolívia, México e Peru, além de negociações

no âmbito da Aliança do Pacífico para outro acordo mútuo regional.

O estágio atual destas iniciativas é descrito a seguir:

- ✓ **Plano de Trabalho Conjunto com os Estados Unidos** - Em 29 de junho de 2015, a Receita Federal e a Aduana americana assinaram um Plano de Trabalho Conjunto com o fim de facilitar o fluxo comercial entre os dois países. Desde então, diversas rodadas de negociações foram realizadas e as discussões estão em andamento.
- ✓ **Plano de Trabalho Conjunto com a Argentina** - O Plano de Trabalho Conjunto foi assinado em 18 de novembro de 2015 entre a Receita Federal e a Administração Federal de Ingressos Públicos (AFIP). Desde então, o programa argentino tem passado por diversos aprimoramentos com o fim de adequar-se às diretrizes internacionais e de assinatura do Acordo.
- ✓ **Plano de Trabalho Conjunto com a Bolívia** - Foi assinado em 19 de novembro de 2017, durante o Seminário Internacional "Programa OEA no Cone Sul", pela Receita Federal e Aduana boliviana. Em janeiro de 2019 ocorreram validações conjuntas das equipes dos dois países.

- ✓ **Plano de Trabalho Conjunto com o México** - Durante a Conferência Regional de Diretores Gerais de Aduanas das Américas e do Caribe, em 17 de abril de 2018, a Receita Federal e o Serviço de Administração Tributária (SAT) do México firmaram Plano de Trabalho Conjunto para um Acordo de Reconhecimento Mútuo dos programas de Operadores Econômicos Autorizados do Brasil e do México. Durante 2018 ocorreram validações conjuntas entre as equipes técnicas dos dois países.
- ✓ **Plano de Trabalho Conjunto com o Peru** - Em 27 de novembro de 2018, durante o Seminário Internacional “OEA nas Américas”, foi assinado pela Receita Federal e a Aduana do Peru o Plano de Trabalho Conjunto com o fim de iniciar os trabalhos para reconhecimento mútuo de seus programas de OEA.

DESTAQUES ADICIONAIS

Dois eventos realizados no ano de 2019, relativos ao programa OEA merecem destaque seja pelo reconhecimento do programa OEA como principal iniciativa de facilitação e agilidade do comércio internacional no Brasil, seja pela construção regional de

soluções coordenadas entre diferentes atores, públicos e privados, na gestão do procedimento aduaneiro.

Assinatura do Adendo à Declaração de São Paulo - No dia 13 de novembro de 2019, durante o Seminário Internacional OEA nas Américas - Gestão Coordenada de Fronteiras, foi assinado o Adendo à Declaração de São Paulo pelos Diretores Gerais das Aduanas e pelas Autoridades Responsáveis pelo comércio exterior dos países participantes do evento: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Guatemala, Costa Rica e Peru.

A Declaração de São Paulo, assinada em 28 de novembro de 2018, caracterizou-se por ser um marco que permitiu aos países da região avançar nas negociações multilaterais de Acordos de Reconhecimento Mútuo, no âmbito dos respectivos Programas OEA. Já o Adendo, por sua vez, reforça o conceito da **Gestão Coordenada de Fronteiras** e reafirma a importância do OEA-Integrado junto às agências que controlam o comércio exterior e da cooperação entre as Alfândegas e outras autoridades públicas nacionais e internacionais envolvidas no comércio internacional e na segurança da cadeia logística, como forma de evitar a duplicação de requisitos e controles, promover a simplificação dos procedimentos e trabalhos para estabelecer padrões internacionais que garantam a circulação de mercadorias, e alcancem ao fim a facilitação do comércio.

Dentre os diversos compromissos assumidos no documento, enfatiza-se o de focar esforços dos países participantes na promoção da coordenação com as agências ligadas ao controle de fronteiras na busca de maior eficiência no comércio, mantendo o cumprimento dos requisitos, garantindo operações eficientes, gerenciamento de riscos mais eficaz, evitando esforços redundantes para garantir e facilitar o comércio, além de fortalecer e harmonizar o uso **da Janela Única de Comércio Exterior** como ferramenta para a integração das várias agências de controle ligadas à gestão coordenada de fronteiras.



Celebração dos 5 anos do Programa OEA – O evento foi realizado no dia 10 de dezembro de 2019 na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para celebrar os cinco anos do Programa Operador Econômico Autorizado (OEA), e contou com a participação de mais de 700 pessoas no seminário. O evento também homenageou

servidores e pessoas que foram importantes no desenvolvimento do Programa Brasileiro, além das primeiras cinco empresas certificadas no âmbito do projeto-piloto no ano de 2014.